

**A NAÇÃO PORTUGUESA NA OBRA FICCIONAL DE JOSÉ SARAMAGO
DOS ANOS 80¹
THE PORTUGUESE NATION IN THE JOSÉ SARAMAGO'S FICTION WORK
IN THE 80'**

João Valente Aguiar²

Resumo

Os anos 80 representaram a década de surgimento e afirmação alargada da obra literária de José Saramago. Um dos aspetos metaliterários invariantes na obra ficcional do autor daquele período prende-se com a construção de uma visão multiforme, mas inerentemente coerente, de um conceito nacional português. Nessa medida, o artigo não fará uma análise estética e formal dos romances aqui aludidos, mas propõe-se centrar a análise de conteúdo em aspetos de cada romance que se relacionam com o seu objeto de estudo específico: a noção (de nação) de Portugal em Saramago, nas obras ficcionais da década de 1980.

Neste período, as obras de ficção do autor oscilaram entre um pendor histórico mais acentuado (*Levantado do Chão*, 1980; *Memorial do Convento*, 1982; *O ano da morte de Ricardo Reis*, 1984) e uma construção literária que prenuncia a enunciação de parábolas político-filosóficas (*A Jangada de Pedra*, 1986) que marcariam a sua obra ficcional da década seguinte. O romance que fecha a década e este ciclo (*História do Cerco de Lisboa*, 1989) representa o culminar das tendências que se vinham desenvolvendo nas obras anteriores: a fusão entre a nação tida como legítima e (um)a nação popular.

Palavras-chave: José Saramago, obra ficcional, nação portuguesa

Abstract

The eighties were the decade of the upsurge of José Saramago's fiction work. One of the metaliterary features present in the fiction novels of the period is the production of a multidimensional, but coherent, vision of a Portuguese national concept. Moreover, the article will not propose an aesthetic or literary analysis, but focus its content analysis in substantive features of each novel that relate with its specific theoretical object: the notion of Portugal (as a nation) in Saramago's novels published during the eighties.

To be brief, in this period the novels oscilated between a more historical approach (*Levantado do Chão*, 1980; *Memorial do Convento*, 1982; *O ano da morte de Ricardo Reis*, 1984) and a literary production which anticipates some of the political and philosophical parables (*A Jangada de Pedra*, 1986) of the novels of the following

¹ Este artigo realizou-se no âmbito do projeto de pós-doutoramento financiado pela FCT - SFRH/BPD/85425/2012.

² Pesquisador do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ISFLUP), Portugal.

decade. The novel that closes the decade and this cycle (*História do Cerco de Lisboa*, 1989) represents the pinnacle of Saramago's conception of nation: the fusion between a so-called legitimate nation and the popular nation.

Keywords: José Saramago, fiction work, Portuguese nation.

Introdução. Do papel dos intelectuais na produção de culturas políticas nacionais a um breve panorama sobre a globalidade da obra ficcional saramaguiana dos anos 80

As comunidades nacionais alicerçam-se num pilar *político-cultural*. Nesse sentido, o domínio propriamente político das nações não é discernível sem uma produção simbólica associada, pelo que, como ponto de partida introdutório, se chame a atenção para o facto de a construção das culturas políticas nacionais (COLLINS, 2012; ARIELY, 2012; BAKER, 2014; ISMER, 2011) “parecer estar sempre num lugar diferente que é o seu: parece uma criação do povo, quando o é das elites” (TRINDADE, 2008, p.13). Nesta aceção, os principais impulsionadores da criação das culturas políticas nacionais encontrar-se-iam entre as chamadas elites políticas e culturais. Não significa isto dizer que as populações detêm um papel acessório ou negligenciável na estabilização dos padrões identitários nacionais, mas que a produção das perceções sobre as comunidades nacionais (SILVA, 2006; FERNANDES, 2008; VALA e SOBRAL, 2010; SOBRAL, 2012) dificilmente se desliga da produção intelectual de determinadas elites (NAIRN, 1981).

Numa obra clássica sobre a temática do nacionalismo, Gellner fará a ponte com o carácter construído das produções nacionais quando assevera que “o nacionalismo não é o despertar da consciência das nações: ele inventa nações onde elas não existiam” (GELLNER, 1965, p.171). O relativismo incisivo associado à construção das culturas políticas nacionais tem sido aliás uma constante debatida no seio dos estudos do nacionalismo, e onde Paul Ignotus enfatizou, de modo desassombrado, que a produção das identidades e das comunidades nacionais “nasce quando um conjunto de pessoas decide que assim deva acontecer” (IGNOTUS, 1972, p.44). Este “conjunto de pessoas” resume a atividade de elites na determinação de dinâmicas nacionais. A este propósito, Benedict Anderson deu conta tanto do papel diferenciado das elites nacionais crioulas nos nacionalismos (e nas futuras nações) nascidos nas antigas colónias espanholas na América Latina (ANDERSON, 2012, p.79-101), ou das “*intelligentsias* nacionalistas vernaculizantes da Europa do século XIX” (ANDERSON, 2012, p.162-163), constituídas fundamentalmente por figuras políticas, artistas e intelectuais.

Com efeito, se a produção de culturas políticas nacionais implicou a participação ativa de determinadas elites, tal não é sinónimo de pura atividade prática, mas de simultânea produção alargada de representações culturais mais vastas. É a partir deste ponto que a produção *política* de culturas nacionais se interceta com a produção *simbólica* (PINTO, 2000) de culturas nacionais. De facto, a produção de culturas políticas nacionais, portanto, a produção da consciência da inserção individual e coletiva numa comunidade nacional associada a um Estado (constituído ou desejado), extravasa o domínio das correntes políticas contemporâneas (ROSAS e FERREIRA, 2013) propriamente ditas: liberalismo, comunismo, conservadorismo, entre outras. Neste aspeto, Anderson sublinha o que considera ser a virtualidade de uma inserção do fenómeno nacional num quadro antropológico-cultural, “alinhando-o, não com ideologias políticas conscientemente defendidas, mas com os vastos sistemas culturais” (ANDERSON, 2012, p.33). O autor não nega a interrelação do nacionalismo, entendido enquanto a estrita produção de culturas políticas nacionais, com as diversas correntes político-filosóficas que compõem o espectro político-partidário. Anderson lembra simplesmente que, por um lado, as culturas políticas nacionais atravessam e são disputadas por atores políticos específicos e díspares. E que, por outro lado, o seu papel na construção identitária dos últimos três séculos integra-as num nível de estruturação social (GIDDENS, 1993) e cultural análogo à religião, ao parentesco ou à própria produção económica. Em síntese, o leque das culturas nacionais “unifica os diferentes estratos sociais e as classes sociais que se encontram dentro de dadas fronteiras, ou numa dada região e sonhando com fronteiras próprias” (BERNARDO, 2003, p.213), pelo que se assumem como processos sociais e culturais estruturantes tanto no plano da consolidação das entidades estatais (TILLY, 1992; SKOCPOL, 1979; MOORE, 2010; SPRUYT, 1996; MANN, 2012a, 2012b) e dos processos de soberania³ (FOUCAULT, 2007; MEZZADRA e NEILSON, 2013), como no plano da produção simbólica.

Dentro desse plano de subjetivação, portanto no eixo *político-cultural* propriamente dito da configuração das culturas políticas nacionais, Bourdieu sublinhava a conexão entre o “processo de constituição do Estado” e a criação de “condições da constituição de um mercado linguístico” (1998, p.25). Enfatizando o dinamismo associado aos processos de produção simbólica, o autor mencionava como a produção

³ Citando o artigo 3 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 («O princípio de toda a soberania reside essencialmente na Nação»), Etienne Balibar chama a atenção para a «equação da nacionalidade e da cidadania como substância da soberania» (2011, p.154) política.

das marcas linguísticas era um caso singular de “lutas de classificação” de “dar a conhecer e de fazer reconhecer” códigos verbais e narrativos tidos como legítimos, sendo que o processo de “fazer e desfazer os grupos” (idem, p.125) relevavam de uma constelação simbólica articulada, embora em permanente tensão. Por outras palavras, o relativismo acima aludido na construção das categorias políticas e culturais das comunidades nacionais opera de modo dinâmico da produção de paisagens sociais e meta-narrativas multiformes. Neste quadro, a produção de culturas políticas nacionais é incessante e permeia campos sociais heterogéneos. E sempre que processos linguísticos estão em jogo – do campo escolar ao campo literário – a sua acuidade analítica assume uma maior evidência.

É neste sentido que o estudo sociológico das obras de ficção literária pode iluminar aspetos da construção identitária das culturas políticas nacionais. Como se poderá entrever nas secções seguintes deste artigo, tentaremos seguir a advertência metodológica de Augusto Santos Silva, de que “não se trata de fazer sociologia sobre a literatura, mas de fazer sociologia com a literatura. Isto é, usar” um conjunto de obras literárias “como uma interpretação com que se pode e deve confrontar – e alimentar, e enriquecer – a interpretação sociológica” (SILVA, 2004, p.56). Em suma, procurando “conhecer a sociedade com a literatura” (SILVA, 2012, p.15), o artigo partirá do pressuposto de que “a literatura é uma possível via de apreensão subjectiva de elementos sociais” (AGUIAR, 2008, p.140), não esgotando necessariamente a análise sociológica, mas, diferentemente, facultando matéria-prima presente na produção concreta das identidades nacionais.

Os anos 80 representaram a década de surgimento e afirmação alargada da obra literária de José Saramago. Um dos aspetos metaliterários invariantes na obra ficcional do autor daquele período prende-se com a construção de uma visão multiforme, mas inerentemente coerente, de um conceito nacional português. Nessa medida, não se fará uma análise estética e formal dos romances aqui aludidos, mas a análise centrar-se-á em aspetos de cada romance que se relacionam com o tema do artigo: a noção (de nação) de Portugal em Saramago nas obras ficcionais da década de 1980.

Neste período, as obras de ficção do autor oscilaram entre um pendor histórico mais acentuado (*Levantado do Chão*, 1980; *Memorial do Convento*, 1982; *O ano da*

morte de Ricardo Reis, 1984) e uma construção literária que prenuncia a enunciação de parábolas político-filosóficas (*A Jangada de Pedra*, 1986) que marcariam a sua obra ficcional da década seguinte. O romance que fecha a década e este ciclo (*História do Cerco de Lisboa*, 1989) representa o culminar das tendências que se vinham desenvolvendo nas obras anteriores: a fusão entre a nação tida como legítima e (um)a nação popular.

De um modo sucinto, abordar-se-ão dois eixos fundamentais que, de modo diferenciado, perpassam as obras em discussão. Por um lado, com maior insistência nos romances da primeira metade da década, uma reflexão sobre a intertextualidade constante com a célebre questão brechtiana: “Quem construiu a Tebas das sete portas?”. O mesmo é dizer que os agentes e sujeitos (individuais e coletivos) que construíram as cidades e os campos do passado seriam os mesmos que, em momentos específicos da História do país, combateram, com o corpo e com a afirmação de um ideário próprio, por uma pátria alternativa e popular. Visualiza-se um processo histórico que enforma a constituição de uma nação alternativa à visão prevalecente das classes dominantes: uma nação de operários e construtores.

Por outro lado, na segunda metade da década, traçam-se dois perfis complementares. Em *A Jangada de Pedra* consubstancia-se uma noção peninsular de nação comum aos países ibéricos, em nítida rutura com o espaço europeu. A definição de um processo de rutura com a então CEE (Comunidade Económica Europeia) afirmaria, nesse sentido, a centralidade de espaços nacionais ou bilaterais relativamente ao processo de transnacionalização que o espaço europeu acabou por viver. Por seu turno, a encerrar a década de 80, Saramago publicará *História do Cerco de Lisboa*, romance onde se cruzam temporalidades históricas distintas e uma reflexão aguda do poder da construção literária (e discursiva) na produção social e propriamente histórica. Aqui, a coexistência de dois planos narrativos distintos, mas interdependentes, em torno da definição da nacionalidade portuguesa a partir da conquista da cidade de Lisboa, compagina-se com um metadiscurso saramaguiano que promove o primado dos processos de soberania sobre os da governamentalidade. Ou, numa formulação alternativa, o primado dos espaços nacionais sobre a transversalidade supra-nacional da condição classista.

A referência continuada a nações aqui endereçada, e não por exemplo a estratos ou classes, prende-se unicamente com o facto de que o material ficcional de Saramago

estabelece-se em termos de uma relação com a constituição de comunidades culturais e sociais. Na aceção apresentada na Introdução deste artigo as nações enquanto comunidades e culturas políticas nacionais. Deste ponto de vista, é útil clarificar que o contexto histórico em que as narrativas saramaguianas se desenrolam aponta persistentemente para os processos simbólicos de representação das comunidades e menos para o plano classista do confronto laboral explícito. Mesmo quando confrontos desta tipologia se encontram presentes, como em *Levantado do Chão*, a sua expressividade discursiva aponta de sobremaneira para a constituição de entidades culturais mais vastas do que as classes sociais. Nesse sentido, a utilização e problematização do termo nação reflete essa invariante temática e conceptual na obra ficcional de José Saramago dos anos 80.

Em conclusão, este artigo propõe-se abordar a obra ficcional saramaguiana publicada nos anos 80, com particular ênfase na análise de conteúdo dos modos estético-narrativos com que a identidade nacional e a construção da nação portuguesa ali se apresenta.

Levantado do Chão. A paisagem de um proletariado regional constituído numa nova nação

O ponto de partida deste romance encontra-se na centralidade conferida à terra, entendida tanto como o solo natural lavrado pela mão humana, bem como uma espacialidade em disputa (SARAMAGO, 2000a, p.11-14). A problemática da disputa pelo controlo da terra desdobra-se enquanto um conflito social latente e explícito ao longo de todo o romance *Levantado do Chão* (doravante LC). A disputa pelo controlo da terra seria uma disputa pelo controlo da propriedade, portanto, como um espaço de contestação entre os detentores da propriedade agrária e os que ali trabalham a troco de um salário, e sem controlo sobre as decisões do processo de cultivo. Genericamente é dentro desta aceção que se desenrola o enredo de LC. Narrada sob a forma de uma saga familiar ao longo de três gerações – e com brevíssimas elipses temporais que vão até ao século XV – a ação deste romance saramaguiano, tal como o latifúndio, atravessa o final do regime monárquico, a instauração da Primeira República e consagra-se maioritariamente ao Estado Novo. Esta temporalidade alargada sustenta-se em descrições vivas de cenários de violência, miséria e de lutas sociais contra o que os agentes sociais assalariados consideravam como uma injustiça.

A violência exposta em LC ia da descrição de modelos repressivos de trabalho (BURAWOY, 1985) – “o feitor é o chicote que mete na ordem a canzoada. É um cão escolhido entre os cães para morder os cães” (SARAMAGO, 2000a, p.72) – até ao papel das forças policiais na regulação dos conflitos laborais: “o povo não tem quem bata no dono do latifúndio que manda a guarda bater no povo” (SARAMAGO, 2000a, p.73). Com particular realismo é descrito o episódio de prisão e tortura de João Mau-Tempo (SARAMAGO, 2000a, p.245-253) no cárcere da polícia política. Por seu turno, situações de miséria material, de escassez e de árduas condições de trabalho constituem outro cenário visual recorrente em LC: “o dia inteiro, horas e horas de enfiada, quase escondido entre o sarçal, moendo à pancada as raízes com o enxadão, mas as crianças, senhor, porque lhes dais tanta dor” (SARAMAGO, 2000a, p.53). O trabalho infantil, as longas horas de trabalho de sol a sol e a utilização de instrumentos primitivos de produção, endereçam a narrativa para um cenário de penúria material e de arcaísmo produtivo (SARAMAGO, 2000a, p.56; 268). Os conflitos sociais e laborais decorrentes ao longo do século XX, e que ganham particular dimensão no pós-Guerra, constituem outro ponto determinante na ambiência narrativa (SARAMAGO, 2000A, p.138; 143-145; 331; 333).

Este triângulo entre a repressão das autoridades, a situação de privação material e a conflitualidade social contra reduzidas remunerações e elevada carga horária denuncia o que Karl Marx designou por mais-valia absoluta (MARX, 1990, p.205-357). Diferentemente do modelo modernizador e evolutivo da mais-valia relativa (MARX, 1992, p.359-576), dentro daquele modelo específico de produção económica, Marx considerava que a extração de excedente económico operava exclusivamente a partir da persistência de baixos salários, utilização intensiva de mão-de-obra analfabeta ou desqualificada e aplicação reduzida de maquinaria moderna. Em termos mais contemporâneos, tratava-se de um regime de utilização intensiva de mão-de-obra e de baixo valor acrescentado.

A inserção do processo de formação (THOMPSON, 2013) da classe operária agrícola alentejana (Piçarra 2008; Aguiar 2010) presente em LC no modelo da mais-valia absoluta expressa-se na construção imagética de uma dualidade social polarizadora e radical. De um lado, a (crítica saramaguiana da) nação dos latifundiários, em coligação com os regimes políticos anteriores a 1974 – especialmente a ditadura do Estado Novo – e com as forças policiais. Neste processo de nomeação da nação dos

latifundiários e dos regimes políticos repressores das reivindicações do operariado agrícola do Sul, consubstancia-se a identificação de alguns dos seus traços. “Muito bem cuida a pátria dos seus filhos desobedientes, como se está vendo pela segurança destas altas paredes e estes cuidados de guarda, oh senhores, será isto praga, em toda a parte estão, ou terão sido à nascença amaldiçoados e isto seja para eles um fado” (SARAMAGO, 2000a, p.243). Em suma, a constituição semântica e imagética desta (visão de) nação portuguesa soldava-se em torno de dois pilares. Primeiro, a coesão entre o Estado e as classes proprietárias em torno da exploração económica da mão-de-obra, em sede de um modelo da mais-valia absoluta. E, em segundo lugar, o fechamento social na pertença social e material das classes assalariadas no seio da nação. Portanto, a conceção ilustrada por Saramago, em LC, da nação das classes agrárias era simultaneamente distante e restritiva.

De outro lado, Saramago contrapõe a edificação de uma nação popular, constituída ou que contemple a inserção das classes populares despossuídas de meios de produção e por pequenos e médios empresários. Este leque alargado de diferentes estratos sociais e com uma base pluriclassista de operários e pequenos proprietários é particularmente ilustrada no episódio em que um operário agrícola suplica a um pequeno lojista para adquirir comida e bens de primeira necessidade por fiado (idem, p.82-84). Perante a recusa do lojista em fiar mais um acumular de dívida, o operário, em alvoroço, é arrastado para o exterior do estabelecimento pela sua esposa, à qual desabafa, “Mulher, larga-me, que eu mato este malandro, mas vai-me o pensamento pensando, não mato, não sei matar”. Nesse instante, Senhor José, o lojista, expressa-se de dentro da loja, “se eu fiar a toda a gente e não me pagarem como é que eu vivo”, ao qual, o operário proclama lapidarmente “todos temos razão, quem é o meu inimigo” (idem, p.84): o Estado Novo como denominador comum de crítica de classes sociais distintas, o operariado agrícola e a pequena-burguesia proprietária (Costa 1999). Este episódio é ilustrativo da forma como a nação popular é pensada em LC. À coesão da nação dos latifundiários e dos regimes não-democráticos contrapõe-se uma nação desunida entre diferentes classes sociais, que em comum têm uma situação de vulnerabilidade social. Com efeito, a construção de uma nação popular de operários e de pequenos proprietários é igualmente patente no 16º capítulo, a propósito da liquidação de dívidas – as “amortizações de fiados” (SARAMAGO, 2000a, p.147) – de operários nas lojas e estabelecimentos de consumo. Ora, é também na privação do consumo, decorrente sobretudo de situações de desemprego, que se espelha uma análoga privação

da pertença à nação dominante, e correspondente pertença à nação popular que se mobilizaria contra a primeira, “se acontece não haver trabalho para pais, mães, filhos e avós, aqui está, senhoras e senhores, *a família portuguesa* como gostais de imaginá-la, *reunida na mesma fome*” (SARAMAGO, 2000a p.186) [itálicos nossos].

A narrativa projeta desta forma o espaço nacional e regional como campo de disputa de princípios políticos opostos de legitimação, sobrepondo-se assim ao conflito social, classista propriamente dito. Por outras palavras, as mobilizações sociais do operariado agrícola teriam como centro a redefinição do espaço nacional. Assim sendo, dentro desta filosofia, a pátria portuguesa deveria ser capaz de reunir e de integrar as partes constitutivas da sua população. Numa passagem linguisticamente violenta, a personagem António Mau-Tempo evidencia esse divórcio da nação portuguesa, consagrada pelo regime do Estado Novo, com as classes populares. “Se a pátria é minha mãe e é meu pai, dizem também, de meus verdadeiros pais sei eu, e todos sabem dos seus, que tiraram à boca para não faltar à nossa, então a pátria deverá tirar à sua própria boca para não faltar à minha, e se eu tiver de comer cardos, coma-os a pátria comigo, ou então uns são filhos da pátria e os outros filhos da puta” (SARAMAGO, 2000a p.225). A violência verbal de um dos protagonistas de LC denuncia a unilateralidade do Portugal de então, e onde o fio condutor do raciocínio se expressa nos moldes já aqui assinalados. Uma nação autêntica e que mereça evocar princípios patrióticos teria então de ser capaz de “tirar à sua própria boca para não faltar” à dos seus cidadãos, nomeadamente os mais desfavorecidos e inseridos nas localizações de classe laboral e socialmente mais vulneráveis. Em LC a classe cruza-se ainda num *continuum* relativamente fluido com a nação, sendo que esta se constitui num centro de disputa, facto que lhe permitirá ocupar progressivamente, e ainda mais, o fulcro de uma ensaística metaliterária ínsita à ficção saramaguiana daquela década.

Memorial do Convento. A encruzilhada do Estado moderno português: os construtores da nação e a monumentalização do poder senhorial absolutista

Decorrida durante o reinado de D. João V, a trama de *Memorial do Convento* (doravante MC) inclui eixos temáticos mais densos e com uma dimensão genealógica mais forte sobre a construção da nação portuguesa. Retomando uma estrutura dualista, se bem que menos polarizadora em termos políticos, MC tem como conflito subjacente a toda a história de amor e de peripécias de Baltasar e Blimunda, o embate entre a

edificação de uma concepção monumental de poder político e uma nação de construtores e sonhadores. A própria inserção histórica deste romance na primeira metade do século XVIII, época de consolidação do Estado Absolutista português (HESPANHA, 1994; WALLERSTEIN, 1996; BOURDIEU, 2002, p.76; TILLY, 1992; ANDERSON, 2013), permite reforçar o embate entre as duas concepções de nação em jogo em MC.

No que lhe diz respeito, a identificação da nação dominante será aqui definida em torno de dois eixos principais. Por um lado, a evocação de um certo provincianismo e de uma tacanhez intelectual anticientífica e anti moderna, tornando o país num “bom prato (...) para galhofas estrangeiras” (SARAMAGO, 2000b p.85). Este traço que se institucionalizaria paradoxalmente com o pico do ouro proveniente do Brasil (então uma colónia portuguesa) teria como reverso da medalha a subserviência do Estado português aos interesses de outros países (SARAMAGO, 2000b p.36 e 60). Por outro lado, a nação dominante expressa em MC imbrica-se com uma concepção de monumentalidade do poder político, o poder das instituições religiosas e da classe senhorial. Dentro deste eixo, a descrição de um auto-de-fé (idem p.50; 52-54) é um exemplo significativo da vinculação do poder político ao poder religioso. Do mesmo modo, a perseguição às heresias do padre e criador da Passarola, Bartolomeu Gusmão, é sinal da contraposição da nação senhorial e clerical a novas formas de pensar e a propostas colocadas entre a magia e a procura de uma resposta racional para fenómenos até então inexplicáveis. Neste paradigma cultural e político, a prática da tomada de decisões políticas implica benefícios e efeitos para a Igreja Católica, onde a construção do Convento de Mafra constitui um elemento de unificação de uma estrutura de poder onde política e religião se articulam fortemente.

Dentro deste ponto de vista, a construção do Convento de Mafra ultrapassa a mera constituição de um cenário de fundo para a economia narrativa do romance. “Gigantesca fábrica que será o assombro dos séculos” (SARAMAGO, 2000b p.167), o Convento de Mafra condensa uma sobreposição entre as orientações políticas e económicas do Estado de D. João V e o reflexo que essas mesmas orientações podem induzir no leitor. A propósito da arrecadação de verbas para o término da obra do Convento, assiste-se a um diálogo (ficcional) entre o monarca e João Frederico Ludovice, um dos dois arquitetos do edifício, simbólico sobre a realidade financeira do Estado português desde então: “Saiba vossa majestade que, haver, havemos cada vez menos, e dever, devemos cada vez mais”, retorquindo o monarca indiferente à situação

das contas do Estado, “graças sejam dadas a Deus, o dinheiro não tem faltado”, ao que o tesoureiro conclui “em Portugal, que é um saco sem fundo, entra-lhe o dinheiro pela boca e sai-lhe pelo cu” (SARAMAGO, 2000b p.285). O recurso ao calão sublinha um comportamento macrossocial de contínuo desmazelo nos gastos do Estado, sempre em benefício da execução de projetos megalómanos e monumentais. A este respeito, e recorrendo às mesmas personagens, vale a pena destacar a genealogia simbólica de uma concepção monumental do poder político. Na advertência de João Frederico Ludovice, “Vossa majestade viverá eternamente na lembrança dos vossos súbditos, eternamente viverá na glória dos céus, mas a memória não é bom terreno para nela se abrirem alicerces”, pelo que, ainda segundo a mesma personagem, “se vossa majestade quer chegar ao fim da vida vendo ao menos levantado um palmo de parede, tem de dar já as necessárias ordens, senão nunca passará dos caboucos” (SARAMAGO, 2000b p.282). Em resposta, D. João V lamenta-se, “tão pouco assim viverei”, ao que o seu interlocutor recorda o princípio basilar da edificação dos objetos e edifícios de poder das sociedades hegemônicas por aristocracias, “a obra é longa, a vida é curta” (idem): os grandes monumentos como exposição pública do poder político do presente respirando eternamente pelos tempos fora. No desenrolar de MC, esta espécie de imperativo categórico e estrutural acabaria por redundar numa ordem vigorosa do monarca (idem, p.293) de terminar a construção do Convento até ao dia 22 de Outubro de 1730.

A ordem enunciada por D. João não seria, por conseguinte, uma simples manobra de retórica mas iria ter implicações profundas. Materialização de relações sociais de mando e obediência (WEBER, 1968) de carácter verticalizado e incontestado, a fase final de edificação do Convento iria basear-se na requisição de trabalho compulsório, linha divisória e aríete prático-legislativo por onde irromperia a divisão entre o Portugal monumental e senhorial e o Portugal dos construtores, personificados nos construtores do Convento de Mafra: “de sua própria vontade alguns, aliciados pela promessa de bom salário, por gosto de aventura outros, por desprendimento de afectos também, à força quase todos” (Saramago 2000b p.294).

Numa abordagem formal e lírica mais elegante e menos direta, em MC assiste-se a um reiterar da existência de uma nação popular defronte da nação das classes dominantes. Condensando no processo de edificação do Convento de Mafra, um retrato da dualidade e do fosso entre duas nações internas a um mesmo país, o romance integra inúmeras referências sobre “estes que andam aqui a construir o convento” (Saramago

2000b, p.222). Ora, a construção do Convento condensa aspetos da formação da nacionalidade portuguesa moderna. Com o recurso a trabalho compulsório proveniente de todo o país – o 18º capítulo descreve, com algum detalhe, vicissitudes de operários da construção provenientes de Mafra, Pombal, Porto e Alentejo – auxilia à consolidação de uma consciência coletiva comum, “pedras portuguesas afeiçoadas por portuguesas mãos” (Saramago 2000b, p.111).

Um outro ponto onde as duas nações se contrapõem na mundivisão presente em MC encontra-se na diferenciação com que se relacionam com e no espaço nacional. Se a nação de construtores estabelece a sua vivência dentro (e/ou através) do território nacional, e mesmo em reduzidas espacialidades regionais e locais, chegando o narrador a mencionar que Baltasar “reconhece-a como um corpo” (idem, p.203), a nação senhorial da aristocracia e do alto clero seria perspectivada de um modo distinto. A monumentalidade do poder e o recurso a mecanismos de exibição pública de soberania, como nos autos-de-fé ou diversamente aquando da inauguração do Convento, implicam necessariamente uma incisão dos processos do poder político no território nacional. Todavia, a nação senhorial é em MC apresentada em moldes de subserviência relativamente ao exterior, mas também como menos apegada ao solo nacional. Esta particularidade encontra-se visível nas estratégias nobiliárquicas de matrimónio. D. Maria Ana Josefa, esposa de D. João V, era austríaca e a princesa Maria Bárbara iria casar-se com um príncipe espanhol (Saramago 2000b, p.299-316).

Se se empreender um breve paralelo com a problematização do espaço nacional do romance anterior, em MC indagam-se – em sede de imaginação literária – as raízes históricas profundas da constituição de duas nações dentro do mesmo país, dos poderosos frente aos despossuídos, do poder estatal frente a uma nação popular de construtores. Esta dialética dual e polarizadora continuará a marcar os romances seguintes de José Saramago, mais especificamente *A Jangada de Pedra*.

O ano da morte de Ricardo Reis. A impossibilidade dos intelectuais contra o Estado Novo

Publicado dois anos após MC, *O ano da morte de Ricardo Reis* (doravante RR) centra-se nas atribulações do regresso do heterónimo pessoano a Portugal, no ano seguinte ao falecimento de Fernando Pessoa. A carga simbólica do romance é forte e,

para lá de outras problematizações, o artigo focar-se-á nos aspetos concernentes com o seu eixo analítico. Nesta obra, a formulação de contornos de uma nação popular encontra-se menos presente do que nos outros romances aqui em análise, se bem que, como se irá ilustrar, a recorrência da personagem Lídia surja como manifestação simbólica determinante para a constituição de uma orientação específica no desenlace filosófico-político do romance (vd. *Infra*).

Em RR perpassa uma constante denúncia do regime do Estado Novo, com múltiplas referências à coesão entre o regime, Salazar, a polícia política e a Igreja Católica, e respetivos comportamentos (SARAMAGO, 2000c, p.273; 300; 305-311; 167; 185-189). Todavia, onde em LC a crítica ao regime ditatorial era assumidamente militante e panfletária, em RR o recurso constante à ironia permite modular o registo. Comentando a elevada mortalidade infantil registada especialmente nas primeiras décadas do Estado Novo, observa o narrador que persistiria “a consolação de serem portugueses a maior parte dos anjinhos do céu” (SARAMAGO, 2000c, p.91). Numa abordagem similar é delineado o tópico da nação dominante portuguesa em sistematicamente procurar apresentar-se com determinadas características para o exterior. “É patente a nacionais e estrangeiros que Lisboa vive actualmente um surto de progresso que em pouco tempo a colocará a par das grandes capitais europeias, nem é de mais que assim seja, sendo cabeça de império” (SARAMAGO, 2000c, p.103). Ocorre aqui um certo paralelismo com algo já evocado em MC (vd. *Supra* e idem, p.139-140; 133), reforçando a continuidade histórica de elementos simbólicos e políticos das elites portuguesas ao longo do tempo.

Esta reflexão sobre algumas das continuidades históricas das elites portuguesas – da nação dominante – é particularmente presente nos romances da primeira metade da década de 80. Como é igualmente a questão da unidade nacional plena inacabada e nunca concretizada. Em RR surgem dois tópicos sobre esta temática. Um primeiro e mencionado ao de leve tem a ver com a desunião no seio das classes populares. Se dentro da política redistributiva e assistencialista do Estado Novo “cada pobre é fiscal doutro pobre” (SARAMAGO, 2000c, p.67), mais difícil seria a construção de uma nação popular alternativa à nação dominante. O segundo tópico, largamente mais problematizado, e com um mapa de discussão mais abstrato trata da relação entre a arte, a encenação estética e política e a legitimação do regime. A este título, é reveladora a abordagem em torno a ida de Ricardo Reis ao Teatro da Trindade para assistir a uma

peça de teatro sobre a vida dos pescadores da Nazaré. Recorrendo, mais uma vez, a um tom irónico, a narrativa desdobra-se pela descrição da unidade registada entre palco e público – simbólicos da unidade nacional aspirada pelo regime – e pelo comentário meta-político sobre o tipo de nacionalismo associado ao Estado Novo. “O público virava-se para” o palco, “agora sem reservas, é isto a comunhão da arte, aplaudia os bravos pescadores e as suas corajosas mulheres, até Ricardo Reis bate palmas, neste teatro se está observando como é fácil entenderem-se as classes e os ofícios, o pobre, o rico e o remediado, gozemos o privilégio raro desta grande lição de fraternidade” (SARAMAGO, 2000c, p.108).

Como se expôs acima, ocorre um maior refinamento e sofisticação concetual nas críticas ao regime e já não apenas a questão – certamente importante e inescapável – da repressão pura e dura (como em LC). Se o regime tinha um propósito de unificação da comunidade nacional, e se no campo político e estético contrário existe um mesmo objetivo político, importa estabelecer uma distinção importante relativamente à nação proclamada pelo regime. No quadro saramaguiano, a mobilização da classe operária e/ou das classes populares, para construir uma nova nação e poder garantir um estatuto político e social distinto, partia de um pressuposto contrário da visão exposta pelo Estado Novo, de um determinado paternalismo social expresso, por exemplo, em políticas sociais assistencialistas (TORGAL, 2009; ROSAS, 2013).

Ainda sobre o mesmo episódio, se a narrativa coloca Ricardo Reis a aplaudir o desenlace da peça, não é menos verdade que tal proposta estética se diferencia do seu ofício formal. “Marcenda perguntou se Ricardo Reis gostara da peça, ele respondeu que sim, ainda que lhe parecesse que havia muito de artificial naquela naturalidade de representação” (SARAMAGO, 2000c, p.120-121). Acrescenta o protagonista, “na minha opinião, a representação nunca deve ser natural, o que se passa num palco é teatro, não é a vida, não é vida, a vida não é representável, até o que parece ser o mais fiel reflexo, o espelho, torna o direito esquerdo e o esquerdo direito” (idem). Com um ponto de partida aparentemente repescado ao fingimento pessoano, o narrador não deixa de evidenciar as diferenças entre a estética de Ricardo Reis e a estética oficial do regime.

Porém, se as diferenças são ilustrativas e significativas, a narrativa trata de encaminhar Ricardo Reis para o campo da “poetização da ordem” (SARAMAGO, 2000c, p.325), de acordo com a formulação do fantasma de Fernando Pessoa. Ou seja, perpassa no romance uma certa insistência em colocar Ricardo Reis numa espécie de

limbo entre a simpatia com que via determinados aspetos da conjuntura nacional e internacional de 1936 (regimes autoritários de direita, Guerra Civil de Espanha, realizações infraestruturais do Estado Novo), e o seu afastamento e desconfiança, de que a vigilância da PVDE ao recém-chegado a Portugal é provavelmente o exemplo mais marcante. Este limbo não aparenta ser qualquer tipo de efeito secundário indesejado ou inesperado. De facto, dentro do encaminhamento da narrativa, o limbo em que a arquitetura narrativa coloca a personagem revela, em termos concetuais, uma equivalente relação ambivalente com a nação popular. Aspeto caro a toda a intelectualidade opositora ao regime⁴, a maior ou menor afinidade eletiva com a construção de uma nação alternativa (TRINDADE, 2008, p.317-324; NEVES, 2008) resulta numa empatia do narrador para com Lúcia, empregada de hotel e ironicamente homónima da musa de odes de Ricardo Reis. Neste capítulo, aquando do conflito entre o navio Afonso de Albuquerque, tomado por marinheiros comunistas, e as forças armadas do regime, e a propósito de uma notícia de jornal sobre o assassinato de um padre por “bolchevistas”, Lúcia revela uma perspetiva condizente com a perspetiva preteritamente apresentada pelos romances de Saramago acerca da nação popular: “o senhor doutor é uma pessoa instruída, eu sou quase uma analfabeta, mas uma coisa eu aprendi, é que as verdades são muitas e estão umas contra as outras, enquanto não lutarem não se saberá onde está a mentira” (idem, p.380). De acordo com a perspetiva aqui enunciada, seria através da explanação do modelo de enfrentamento entre posições dissonantes – que a personagem Ricardo Reis nunca toma ao longo do romance – que se construiriam as hegemonias e as culturas políticas nacionais. É dentro deste combate político, estético e filosófico que os temas da soberania nacional adquirem uma maior conotação nas obras ficcionais de Saramago da segunda metade dos anos 80.

A Jangada de Pedra. Da rutura tectónica com a Europa à construção de uma nova geografia política

No ano em que Portugal e Espanha aderiram à Comunidade Económica Europeia, José Saramago publicaria aquele que seria, dentro da perspetiva que se tem adotado neste artigo, o seu romance mais politizado. A qualificação da politização de *A Jangada de Pedra* (doravante JP) não se opera no mesmo plano discursivo facial que

⁴ Em que a crítica violenta de Álvaro Cunhal a José Régio é porventura o caso mais radical e extremo de contraposição de uma arte comprometida com a crítica social e política com uma arte designada como formalista ou pura (Ventura 2003).

ocorre, por exemplo, em LC. Se no romance de 1980 a perspectiva é tributária de uma participação militante e de um espírito político coincidente com o do processo revolucionário português de 1974-75, em JP a perspectiva adotada pavimenta uma alternativa política bem visível: a ruptura de Portugal e de Espanha com a Europa. Em suma, LC é muito mais um romance militante, enquanto JP não apenas fundamenta uma crítica política a um determinado objeto mas também propõe uma determinada plataforma política radical e controversa.

Jangada de Pedra inicia-se pelo surgimento inesperado de uma fenda na cordilheira dos Pirenéus (SARAMAGO, 2010, p.18, 41, 43, 45), cortando assim a Península Ibérica do resto da Europa. Em simultâneo, o conjunto das personagens do romance experienciam determinados fenómenos⁵ que induzem a crença de que teriam sido esses mesmos fenómenos a determinar a ruptura tectónica nos Pirenéus. Este traço relativamente aparentado com o realismo fantástico antecipa a construção de parábolas inesperadas e inexplicáveis com que José Saramago, a partir dos anos 90, construirá uma literatura da inverosimilhança. Porém, o inverossímil surge como um mecanismo de descoberta da verdade para as personagens e como um mecanismo de orientação das suas práticas. A coexistência da ruptura tectónica da Península com a participação das personagens em determinados atos permite traçar a inverosimilhança num quadro de plausibilidade programática: a fenda e subsequente deriva oceânica da Península teria subjacente uma obra humana coletiva (idem, p.40, 67-68,74, 92, 158) dos povos ibéricos, representados no enredo por quatro personagens portuguesas e uma de nacionalidade espanhola. De então em diante, a narrativa participa de uma itinerância errática das personagens por Portugal e Espanha, equivalente humano da errância da Península pelo Oceano Atlântico. Primeiro em direção a Oeste, contornando os Açores e aproximando-se da costa norte-americana e canadiana, para subitamente descer o Atlântico rumo ao Sul, rodando sobre si mesma num momento final. A simbologia geopolítica é evidente e, por um lado, representa a rejeição simultânea do Ocidente europeu e da América do Norte e, por outro lado, desemboca na construção de uma parábola política e proto-civilizacional como ponte ibérica entre a América Latina e a África.

Nesse sentido, a ruptura com a Europa sublima o fenómeno tectónico e natural num acontecimento político de dimensões globais. Com efeito, “o extraordinário caso

⁵ Uma das personagens sente constantemente o chão a tremer, outra atirou uma pedra ao mar, uma outra traçou um risco no chão com um pau.

de ter-se separado a Península Ibérica da Europa” (idem, p.90) desenvolve-se como eixo político-filosófico inescapável, com incidência nos interesses e nas desconfianças de parte a parte. Da parte da Europa, visivelmente conotada com a então CEE, o narrador recorre à ironia para evidenciar a sua quota-parte de afastamento relativamente aos dois países ibéricos: “mãe amorosa, a Europa afligiu-se com a sorte das suas terras extremas, a ocidente” (idem, p.41). Ou seja, a primeira reação das autoridades europeias seria o pânico – “a Europa (...) começou aos gritos, Anarquia, Caos Social, Atentado à Propriedade Privada, e um jornal francês, dos que formam a opinião pública, titulou sibilinamente a toda a largura da primeira página, Não Se Pode Fugir À Natureza” (idem, p.135) – que, por sua vez, seria ultrapassado por uma relativa satisfação com a descolagem ibérica – “as pessoas europeias, quando falavam da antiga península ibérica, encolhiam os ombros e diziam umas para as outras, Que é que se há-de fazer, eles são assim, não se pode fugir à natureza” (idem).

O processo de essencialização das identidades, colocando em confronto as culturas políticas nacionais e a cultura política europeia, determina um fluxo narrativo de reiterada manifestação opositora a uma pertença portuguesa e espanhola no espaço europeu. Na medida em que a narrativa do romance opera *por dentro* da construção identitária, a ruptura com o espaço europeu eleva-se do fenómeno sísmico-tectónico para o plano decisório e político mais vasto. A afirmação explícita acerca da Europa “a que já não pertencemos” (idem, p.219) resume o desalinho entre a cultura política europeia, de recorte supranacional, e as culturas políticas nacionais, “não foi da França que a península se separou, foi da Europa, parece a mesma coisa, mas faz a sua diferença” (idem, p.407). A semiótica política subentendida é a da permanência do primado das nações, das culturas políticas nacionais sobre a formação de espaços políticos supranacionais.

Neste âmbito, JP inclui uma orientação ensaística muito presente sobre a nação enquanto objeto de fundamentação da vida coletiva. Não por acaso, o episódio do começo da inscrição anónima da frase “nous aussi, nous sommes ibériques”⁶ (idem, p.210), e das correspondentes versões linguísticas nacionais, um pouco por toda a Europa, dá conta de um processo político de resgate das soberanias e das culturas políticas nacionais que poderia seguir o exemplo da fenda e rutura ibérica. Ou seja, desencadeia-se no enredo um processo político de contestação das instituições europeias

⁶ Em português, numa tradução literal «Nós também, nós somos ibéricos». Numa versão mais fluida, «nós também somos ibéricos».

que apenas será descrito por breves páginas (idem, p.210-212) mas que se afigura duplamente ilustrativo. Por um lado, o enredo apresenta a partilha de interesses de soberania nacional que seriam transversais a todos os povos europeus, tendo como ponto em comum a contestação à “identidade europeia” (idem, p.212) e a aspiração a uma perturbação nas relações supranacionais europeias. Por outro lado, o primado do Estado-nação sobre o espaço europeu transnacional coadunar-se-ia com a construção de novas geografias políticas.

No caso ibérico, a nova geografia política passaria por um novo arquipélago de relações. Num primeiro sentido, a reorganização interna das nações ibéricas retomaria aspetos da nação popular aludida em obras anteriores. Em JP nem se trataria mais de um confronto direto com a nação dos dominantes, já que a ruptura – geopolítica, cultural e económica – com a Europa levaria a um êxodo dos indivíduos com maior volume de capital económico. Após o êxodo dos turistas da península, “o segundo êxodo foi o dos ricos e poderosos, ao tornar-se irreparável a fractura, quando a quebra da península (...) veio mostrar, de modo cremos definitivo, a precariedade das estruturas e ideias assentes” (idem, p.307). Nesta frase novamente se processa o movimento de sublimar elementos de origem natural e física – “a fractura” – em consequências sociais e políticas – “a precariedade das estruturas e ideias assentes”. No contexto assim exposto anula-se a pretérita confrontação de nações internas a um país, na busca de um espaço nacional (ou com duas nações) novo. Por outras palavras, se em *Levantado do Chão* (e em boa medida nos dois romances subsequentes), a inserção de determinadas classes sociais na construção de uma nova plataforma nacional ocupava o espaço contextual de fundo das narrativas, aqui trata-se da cisão nacional entre países/regiões.

A formação de um espaço nacional surge, a partir de JP e que se verá explicitado novamente em *História do Cerco de Lisboa*, num registo primordial relativamente ao confronto de diferentes concepções e práticas nacionais. Ora, esse primado conferido a uma cultura política espacialmente unificada – ibérica e portuguesa – ocorre num cenário narrativo de implausibilidade física, o que implica que a territorialidade em disputa se projete num plano temporal e simbólico, com um conteúdo que se abeira da utopia (JAMESON, 1983).

Chegada a Península ao sul do Oceano Atlântico, e encontrada no cruzamento entre a África e a América do Sul a nova geografia política e cultural, desvendar-se-ia num novo tempo, “não era inverno, outono não era, primavera nem pensar, verão também não podia ser” (SARAMAGO, 2010, p.400). Seria uma “estação suspensa, sem

data, como se estivéssemos no princípio do mundo” (idem), o que reforça o ímpeto genesíaco e inaugural⁷ que a ruptura com o continente (e o universo político, social e cultural) europeu representaria na cosmogonia de JP.

História do Cerco de Lisboa. A formação de Portugal é um desporto de combate: corpo a corpo, palavra a palavra

História do Cerco de Lisboa (HCL) representa o culminar de uma reflexão estética e filosófica sobre a formação de culturas políticas nacionais. Neste romance o ponto de partida para o desencadear de novas rotas narrativas decorre da atuação inesperada do revisor de textos Raimundo da Silva no corpo de um volume histórico sobre o cerco de Lisboa: “agora o livro passou a dizer é que os cruzados Não auxiliarão os portugueses a conquistar Lisboa” (SARAMAGO, 2006, p.50). A enunciação negativa desencadeará um conjunto de peripécias que levará a personagem Raimundo da Silva, por sugestão de Maria Teresa, futura parceira amorosa daquele, a enveredar pela escrita de uma descrição ficcional do cerco de Lisboa aos mouros. Romance dentro de um romance, HCL prossegue o esforço saramaguiano de construção ficcional a partir do cruzamento de camadas narrativas e de eixos conceituais, sempre em torno de dois ou três pressupostos filosóficos/ensaísticos fundamentais transmitidos ao longo do enredo. Neste âmbito coexistem em HCL dois planos temporais – o passado e a sua concomitância em determinados momentos com o presente – e 3 eixos conceituais – a nação, a língua e os episódios bélicos – que mais diretamente dizem respeito ao objeto de estudo deste artigo.

Projetando repetida e diacronicamente a trama narrativa para o cerco medieval à cidade de Lisboa, HCL notifica o leitor para a inserção daquele episódio histórico no seio do complexo processo de formação de Portugal. As referências ao “espírito português em formação” (SARAMAGO, 2006, p.139) apontam neste sentido. O perímetro de formação de uma nova nacionalidade decorreria, então, da conjugação de um processo de soberania territorial sobre aquelas que viriam a ser as fronteiras portuguesas e de um processo de articulação de uma língua nacional. A alusão à formação – e não a uma língua estabilizada – permite a HCL manter a narrativa num estado constante de fluxo. Retratando aspetos do devir de uma cultura política nacional, HCL atribui relevância à problemática da língua, apresentando-se “treze mil homens

⁷ «A península parou. (...) Os homens e as mulheres, estes, seguirão o seu caminho, que futuro, que tempo, que destino” (idem, p.437).

que falam sabe-se lá como e que, tendo sentimentos, (...) os exprimem tão distantemente da nossa compreensão que mais perto estarão eles dos seus inimigos do que de nós, que temos título e bandeira de descendentes” (SARAMAGO, 2006, p.183). Tudo isto, como observa o narrador, “apesar de pertencermos à mesma portuguesa pátria” (SARAMAGO, 2006, p.185), o que, num tom similar, significa que a “princiada arte de falar português” (SARAMAGO, 2006, p.188) aponta para esse fluxo processual imanente à formação de uma nacionalidade, o que permite sugerir pontos em comum e diferenças entre gerações seculares de portugueses.

Por seu turno, o processo de formação dos mecanismos de soberania passou também pelo plano bélico. Todavia, analiticamente mais relevante do que a descrição dos episódios bélicos importa averiguar da sua substância dentro do mencionado processo de formação das comunidades nacionais. Quando em HCL se menciona “estes homens ainda pouco portugueses que andam a combater para criar uma pátria que lhes sirva” (SARAMAGO, 2006, p.203), é introduzido um caráter que oscila entre o arbitrário e o relativo. Por outras palavras, o desenlace da conflitualidade bélica também definiu o sucesso ou insucesso para a prossecução dos processos de soberania territorial daquele que viria a ser o reino de Portugal, “deste modo ficando mais ou menos conciliado o terminante Não do revisor com o Sim, o Talvez Que e o Ainda Assim de que se fez a história pátria” (SARAMAGO, 2006, p.180). Nesse sentido, persiste nos processos de formação das culturas políticas nacionais um vetor condicional que aponta para a triangulação entre a nação e o desenlace bélico⁸ e a reverberação linguística. Em suma, as culturas políticas nacionais são construídas. Construídas pela definição e pelos resultados alcançados pelos mecanismos de soberania estatal e pelos processos simbólicos e linguísticos de agregação identitária.

Mas se o processo genealógico da nacionalidade portuguesa é parte integrante do século XII, HCL recoloca esse mesmo processo no seio da atualidade. Ocorre, assim, uma sobreposição de planos temporais. Este procedimento narrativo define-se, numa primeira plataforma interpretativa, quando

“D. Afonso Henriques arenga às tropas reunidas no Monte da Graça, fala-lhes da pátria, já então era assim, da terra natal, do futuro que nos espera, só não falou dos antepassados porque verdadeiramente ainda quase não os havia, mas disse, Pensai que

⁸ HCL também menciona o papel da religião no conferir de legitimidade (SARAMAGO, 2006, p.146; 249) ao processo de edificação do Estado português. Nos romances do período aqui em análise só JP não alude ao papel da Igreja Católica na formação e posterior evolução da nação e do Estado nacional.

se não vencermos esta guerra Portugal se acabará antes de ter começado, e assim não poderão ser portugueses tantos reis que estão por vir, tantos presidentes, tantos militares, tantos santos, e poetas, e ministros, e cavadores de enxada, e bispos, e navegantes, e artistas, e operários, e escriturários, e frades, e directores” (SARAMAGO, 2006 p.234-235).

Este longo trecho sugere uma base para a coexistência de diferentes tempos históricos, sinalizados aqui pela proliferação de profissões ou atividades passadas e presentes. A coexistência temporal⁹ compatibiliza diferenciados desempenhos socioprofissionais e simbólicos, passo imprescindível para a definição de uma espacialidade nacional, de uma cultura nacional. Num passo convergente, consubstancia-se uma respiração temporal ampla que, pela inspiração do futuro sobre os elementos do passado que, no discurso, estavam num presente condicional e numa encruzilhada genesiaca, já contia em si a expiração de um produto novo: a constituição de uma cultura nacional para além de distintas classes sociais, profissões ou estratos.

Num âmbito análogo, e portanto numa segunda plataforma interpretativa no que concerne à sobreposição de planos temporais, afigura-se analiticamente interessante que o exemplo territorial e histórico escolhido, pelo autor, para ilustrar a formação da nação portuguesa decorra aquando do cerco à cidade de Lisboa¹⁰, e não oito anos antes quando D. Afonso Henriques se proclama rei, ou quando, em 1143, se firma o Tratado de Zamora. Retomando a discussão presente na obra saramaguiana da década de 80, em HCL a nação portuguesa formar-se-ia fundamentalmente a partir de um episódio histórico que não se restringisse unicamente às elites senhoriais. Explicitando, tanto a coroação de D. Afonso Henriques em 1139 como o Tratado de Zamora, assinado entre os reinos de Portugal e Leão e Castela, correspondem a momentos históricos ocorridos no seio dos monarcas e da alta nobiliarquia de então. Ora, tendo em mente que na obra ficcional saramaguiana deste período ocorre uma tomada de posição favorável pelo que denominou-se acima de nação popular, um episódio que colocasse lado a lado diferentes estratos e classes sociais – de um mesmo país – no mesmo cenário poderia conferir

⁹ Porém, esta coexistência temporal de planos narrativos (SARAMAGO, 2006, p.65; 266-267) ultrapassa em HCL os macroprocessos históricos e integra igualmente as personagens principais. A este propósito, na conclusão de um diálogo telefónico entre Raimundo da Silva e Maria Teresa, o cruzamento de temporalidades exacerba-se «parece que há interferências na linha, O que se ouve são os gritos dos mouros, ameaçando lá das ameias, Tenha cuidado consigo, Não vim de tão longe para morrer diante dos muros de Lisboa” (SARAMAGO, 2006, p.246).

¹⁰ A importância crucial do cerco para a formação da nação portuguesa é conferida em HCL a propósito da «construção da torre destinada a liquidar por uma vez a resistência dos mouros, e sabendo nós que disso depende a existência duma pátria” (SARAMAGO, 2006, p.312).

eficácia narrativa. Evidentemente, afirmar a existência de uma coerência interna a este aspeto da obra, não significa endereçar qualquer tipo de exercício de prestidigitação das intenções do autor. Acima de tudo, importa situar analiticamente os cenários reais selecionados em HCL e inseri-los no quadro filosófico-ensaístico desenhado ao longo dos anos.

Por conseguinte, HCL utiliza um determinado episódio histórico real para lhe introduzir uma significação alternativa. Se na acepção moderna a edificação de uma nação e de um Estado implica um povo, HCL é atravessada pelo resgate dessa problematização. Mais exatamente, dentro deste pressuposto a imaginação ficcional permite recolocar essa dimensão a partir de um momento canónico do processo histórico de constituição da nacionalidade portuguesa. A plasticidade conferida pelo registo ficcional permite a HCL discutir a génese da nação portuguesa em sede de uma nova oportunidade para construir uma diferente concepção de nação. Entrecruzando uma problemática de discussão da contemporaneidade com um momento histórico, HCL conclui-se pela convocação de uma conversação entre alguns soldados portugueses e o círculo próximo de D. Afonso Henriques, “começaram os soldados a dizer uns para os outros que (...) lhes deveriam ser reconhecidos direitos em tudo iguais aos” cruzados, “quando chegasse a hora do pagamento” (SARAMAGO, 2006, p.338). Perante esta atitude improvável, se não impossível, para as coordenadas comportamentais e classistas medievais, “não queria D. Afonso Henriques acreditar nos seus próprios ouvidos, que um assoldado da infantaria popular pretendesse reivindicar para o seu vil grémio méritos que só à cavalaria dos nobres deveriam ser reconhecidos” (SARAMAGO, 2006, p.341), retorquindo o monarca, transformado numa personagem política moderna que entabula conversações com a população em geral, “este país, pela amostra, começa mal” (idem). A implausibilidade deste tipo de diálogo numa sociedade senhorial recoloca a percepção do leitor no cenário da atualidade, transformando uma camada imaginativa ficcional numa interpelação para o presente: “pensai (...) que é acto de justiça pagar o igual com o igual, e que este país em princípio de vida só começará mal se não começar justo” “não queirais que torto nasça Portugal, não o queirais, senhor” (SARAMAGO, 2006, p.342). Pelo menos no campo da discursividade, reunida finalmente a nação popular no seio da nação dos dominantes, a nação tornava-se numa só. Já não mais construído como espaço territorial e cultural de disputa entre duas concepções de nação, a batalha – simbólico-linguística e bélica – pela construção de uma nação em formação trataria de unificar, na ficção saramaguiana, o que até então

ainda era relativamente conflitual. O ciclo da constituição de uma cultura política nacional fechar-se-ia pela fusão das nações dominante e popular.

Conclusão

A obra ficcional de José Saramago publicada nos anos 80 representa o período em que o autor mais lidou diretamente com a discussão da formação de culturas políticas nacionais. Se, em cada um destes romances, os enredos e os tópicos literários são indubitavelmente obras de arte com uma coerência estética interna, existe um veio metaliterário e propositivo-filosófico transversal a esse conjunto de obras. A produção de um registo literário e metaliterário sobre a formação das culturas políticas nacionais na obra ficcional de José Saramago nos anos 80 resume de modo vivo modalidades possíveis de problematização das comunidades nacionais por intelectuais (vd. *Supra* – introdução). Neste passo, a dicotomização de duas (visões sobre duas) nações em confronto vai sendo progressivamente polida e acaba reconvertida numa busca por uma comunidade nacional que, na ótica descrita, finalmente as integrasse. Por outras palavras, o primado conferido à comunidade nacional sobre, por exemplo, as classes sociais desenha-se, durante o percurso dos cinco romances analisados, a partir de uma transformação da conflitualidade entre a construção de culturas políticas nacionais opostas e adversárias numa unificação – nacional – das mesmas. Em síntese, em LC, o operariado agrícola alentejano surge como um sujeito coletivo em luta por uma nação popular (em aliança com pequenos e médios proprietários fundiários). Por seu turno, em MC assiste-se ao surgimento de uma nação popular que constrói a monumentalidade do país da classe senhorial, portanto, como dois espaços sociais diferenciados dentro de um país, tanto em termos de referenciais culturais, como em termos da visão em aportam para a construção de nações alternativas. Já em RR, a exposição de uma narrativa internamente divergente ocorre por via de, por exemplo, a partir do desenlace amoroso entre Ricardo Reis e Lídia, demonstrar como a intelectualidade passiva contra a ditadura do Estado Novo se afirmaria incapaz de se aliar à construção de uma nação (das classes) popular(es). Nas obras da segunda metade da década de 80, o acento tónico na nação praticamente despida de contradições internas sobe ao palco narrativo. Assim, em JP as nações rebelam-se contra a Europa, ao passo que HCL integra um ressurgimento fundacional da nação portuguesa. O que no enredo ficcional começou por ser um conjunto de eixos para integrar o povo na nação, em JP e HCL as ditas classes

populares¹¹ vêm-se diluídas e quase inexistentes no quadro de uma luta pela nação, onde as divisões e diferenciações sociais quase desaparecem. Temos assim um *continuum* complexo e coerente de aprofundamento das dinâmicas nacionais, e de progressiva inserção e diluição das raízes socioeconómicas. A primazia da nação nos dois últimos romances saramaguianos da década de 80 é incompreensível sem se atender às ambiguidades das teses da nação popular registadas previamente.

Para terminar, parece-nos relevante discutir articular o papel do narrador saramaguiano na definição de uma agenda meta-literária de problematização das formações nacionais. O narrador nas obras de Saramago é frequentemente omnisciente e heterodiegético. Estas características são levadas a um tal extremo, o que permite transformá-lo quase que numa personagem panóptica sobre o conjunto da trama narrativa. De facto, as perspetivas avançadas pelo narrador desenvolvem-se num plano de relativa homologia com os cenários narrativos descritos ao longo da trama. Deste modo, as características do narrador saramaguiano introduzem um vetor de recorte ensaístico na obra. Esta construção formal permite que os romances operem em dois planos interligados, transformando o narrador num supervisor e num comentador das modulações narrativas¹². O que poderia parecer somente uma singular característica formal permite, por outro lado, traçar um corredor de comunicação entre a ensaística sobre as culturas políticas nacionais e o posicionamento do narrador na obra saramaguiana. Consciência reflexiva do que considera ser uma determinada forma de produção da portugalidade (BARATA ET AL, 2012), o narrador apresenta-se como que uma forma contemporânea de cronista de uma nação alternativa. Escrita a partir do rescaldo do processo revolucionário de 1974-75, a militância e simpatia política do autor relativamente à formação de uma nação popular que se sobrepusesse à nação dos dominantes, acabaria por ver a conflitualidade integrada na “narrativa fundadora da autodeterminação nacional” (NEVES, 2008, p.164).

Onde começa o narrador e o autor na obra saramaguiana? Não cabe a um artigo de vocação sociológica avançar com qualquer resposta a uma questão literária, se é que tal questão faz sentido a propósito de qualquer processo de mimésis (BENJAMIN, 1992, p.59-69) literária ou artística. Por conseguinte, o artigo procurou demonstrar de que modo a construção de culturas políticas nacionais ocupou um espaço relevante na problematização metaliterária ínsita à obra ficcional do autor, durante a década de 80.

¹¹ A classe trabalhadora urbana e rural em aliança com setores do pequeno e médio empresariado.

¹² Esta complexificação afasta formalmente a ficção saramaguiana do neo-realismo português.

Camada e argamassa identitária que colou aspetos de personagens, episódios históricos e personalidades intelectuais ou políticas, a discussão saramaguiana das hipóteses de construção da nacionalidade portuguesa pavimenta um amplo campo de debate sobre os modos de constituição das culturas políticas de dimensionamento simbólico, político e filosófico de base nacional. O mesmo é dizer que, convocando novamente a sinalização metodológica observada no início deste artigo, a literatura não substitui o esforço sociológico e científico de compreensão de dinâmicas sociais, mas representa uma meta-analítica própria, também ela produtora de conhecimento. Um conhecimento necessariamente específico e não necessariamente coincidente com o da produção em Ciências Sociais, mas material de produção das identidades e das culturas políticas a ser reaproveitado como matéria-prima de conhecimento sociológico. No caso aqui em mãos, a obra ficcional de José Saramago constitui matéria-prima passível de sinalizar e fornecer indicadores complementares e substantivos para uma análise sociológica do real, nomeadamente no que concerne à operacionalidade das culturas políticas nacionais na configuração identitária dos sujeitos sociais. Neste patamar, é tudo menos aleatória a convergência entre a literatura, as teses político-ideológicas em torno das nações populares e o processo inerentemente narrativo da construção das comunidades ideológicas nacionais.

Poulantzas um dia definiu da seguinte forma a ideologia do povo-nação: “o Estado capitalista aparece como a unidade política de uma luta de classe económica que é ela própria um sinal do isolamento dos agentes nas relações de produção. O Estado apresenta-se como o representante do “interesse geral” de interesses económicos divergentes e em competição. (...) Este Estado apresenta-se como a encarnação da vontade popular do povo-nação. Assim, o povo-nação é institucionalmente fixado como o conjunto de “cidadãos” ou “indivíduos” em que a sua unidade é representada pelo Estado capitalista” (POULANTZAS, 1978, p.133). Isto significa que a nação representa, por um lado, a construção de uma comunidade estruturada em torno de propriedades culturais específicas (hinos nacionais, marchas, visões essencialistas sobre a origem de um país, obras literárias e históricas, etc.), como Anderson (2013) descreveu. Por outro lado, esta dimensão cultural, induzida pelo Estado e por intelectuais, imbrica-se internamente com uma operação de abstração das classes sociais e sua subseqüentemente integração sob a égide de um suposto supremo interesse nacional. Haverá ficção mais real do que a invenção de um país?

Referências

- AGUIAR, João Valente **Classes, valor e acção social**. Lisboa: Página a página, 2010.
- AGUIAR, João Valente. Literatura e História: A interpretação do entre-guerras na literatura de Steinbeck, Kafka e Pessoa. **Tempos Históricos**. v.12, 2008, p.139-162
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2012.
- ANDERSON, Perry. **Lineages of the Absolutist State**. London: Verso, 2013.
- ARIELY, Gal. Globalisation and the decline of national identity? An exploration across sixty-three countries. **Nations and Nationalism**. Volume 18, Issue 3, p. 461–482, 2012.
- BAKER, James. A Newfoundland Ethnicity? The Political Implications of Post-Confederation Nationalism in Newfoundland. **Studies in Ethnicity and Nationalism**. Volume 14, Issue 1, p. 74–100), 2014.
- BALIBAR, Etienne. Prolegómenos à Soberania. In DIAS, Bruno Peixe; NEVES, José (org.) **A política dos muitos. Povo, classes e multidão**. Lisboa: Tinta da China, 2011
- BARATA, André et al. **Representações da portugalidade**. Lisboa: Caminho, 2012.
- BENJAMIN, Walter. **Sobre arte, técnica, linguagem e política**. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.
- BERNARDO, João. **Labirintos do fascismo**. Porto: Afrontamento, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Oeiras: Celta Editora, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **O que falar quer dizer**. Lisboa: Difel, 1998.
- BURAWOY, Michael. **The Politics of Production: Factory Regimes Under Capitalism and Socialism**. London: Routledge, 1985.
- COLLINS, Randall. Time-bubbles of nationalism: dynamics of solidarity ritual in lived time. **Nations and Nationalism**. Volume 18, Issue 3, p. 383–39, 2012.
- COSTA, António Firmino da. *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- FERNANDES, António Teixeira. **Nacionalismo e federalismo em Portugal**. Porto: Afrontamento, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Security, territory, population. Lectures at the Collège de France (1977-1978)**. New York: Picador, 2007.
- GELLNER, Ernst. **Thought and Change**. London: Weidenfeld and Nicholson, 1965.
- GIDDENS, Anthony. **The constitution of society**. Cambridge: Polity, 1993.

- HESPANHA, António Manuel. **As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político em Portugal no Século XVII.** Lisboa: Almedina, 1994.
- IGNOTUS, Paul. **Hungary.** Washington: Praeger, 1972.
- ISMER, Sven. Embodying the nation: football, emotions and the construction of collective identity. Nationalities Papers: **The Journal of Nationalism and Ethnicity.** Volume 39, Issue 4, p.547-565, 2011.
- JAMESON, Fredric. **The Political Unconscious.** London: Methuen and Company, 1983.
- MANN, Michael. **The Sources of Social Power: Volume 1, A History of Power from the Beginning to AD 1760.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012a.
- MANN, Michael. **The Sources of Social Power: Volume 2, The Rise of Classes and Nation-States, 1760-1914.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012b.
- MARX, Karl. **O Capital, Livro I, Tomo 2.** Lisboa: Edições Avante, 1992.
- MARX, Karl. **O Capital, Livro I, Tomo 1.** Lisboa: Edições Avante, 1993.
- MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. **Border as method.** Durham, NC: Duke University Press, 2013.
- MOORE, Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia. Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno.** Lisboa: Edições 70, 2010.
- NAIRN, Tom. **The Break-Up of Britain.** London: Verso, 1981.
- NEVES, José. **Comunismo e nacionalismo em Portugal.** Lisboa: Tinta da China, 2008.
- PIÇARRA, Constantino. **As Ocupações de Terras no Distrito de Beja 1974-75.** Lisboa: Almedina, 2008.
- PINTO, José Madureira. **Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos.** Porto: Afrontamento, 2000.
- POULANTZAS, Nicos. **Political power and social classes.** London: New Left Press, 1978.
- ROSAS, Fernando. **Salazar e o poder.** Lisboa: Tinta da China, 2013.
- ROSAS, João Cardoso; FERREIRA, Ana Rita. **Ideologias políticas contemporâneas.** Lisboa: Almedina, 2013.
- SARAMAGO, José. **Levantado do Chão.** Lisboa: Caminho, 2000a
- SARAMAGO, José. **Memorial do Convento.** 32^a ed. Lisboa: Caminho, 2000b

SARAMAGO, José. **O Ano da Morte de Ricardo Reis**. 15ª ed. Lisboa: Caminho, 2000c

SARAMAGO, José. **História do Cerco de Lisboa**. 7ª ed. Lisboa: Caminho, 2006

SARAMAGO, José. **A Jangada de Pedra**. 16ª ed. Lisboa: Caminho, 2010.

SILVA, Augusto Santos. A mudança em Portugal, nos romances de Lídia Jorge: esboço de interpretação sociológica. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXIV, p.11-33, 2012.

SILVA, Augusto Santos. Textos sobre identidades como textos: um exercício a partir das literaturas de língua portuguesa. **ACTAS DO III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO** – v. I, p.41-58, 2004.

SILVA, Manuel Carlos. **Nação e Estado, Entre o Global e o Local**. Porto: Afrontamento, 2006.

SKOCPOL, Theda. **States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia and China**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SOBRAL, José Manuel. **Portugal, portugueses: uma identidade nacional**. Lisboa: FFMS, 2012.

SPRUYT, Hendrik. **The Sovereign State and Its Competitors: An Analysis of Systems Change**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996.

THOMPSON, Edward Palmer. **The Making of the English Working Class**. London: Penguin, 2013.

TILLY, Charles. **Coercion, Capital and European States: AD 990 – 1992**. London: Wiley-Blackwell, 1992.

TORGAL, Luís Reis. **Estados Novos, Estado Novo**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

TRINDADE, Luís. **O estranho caso do nacionalismo português**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

VALA, Jorge; SOBRAL, José Manuel. **Identidade nacional, inclusão e exclusão social**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

VENTURA, António. **José Régio e a Política**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno - Vol. II. O Mercantilismo e a Consolidação da Economia-Mundo Europeia, 1600-1750**. Porto: Afrontamento, 1996.

WEBER, Max. **Economy and Society**. New York: G. Roth and C. Wittich, 1968.